

Projeto da Constituinte

Cálculo é da Receita que alerta: o

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, quarta-feira, 10 de junho de 1987 13

aumenta imposto em 40%

peso da nova carga tributária seria desigual

ERALDO MAGELA



Ruy Coutinho: Queda no comércio

Vendas no varejo vão diminuir ainda mais

As vendas do comércio varejista tendem a cair ainda mais nos meses de maio e junho, de acordo com os dados que estão sendo levantados pelo Conselho de Desenvolvimento Comercial, órgão do Ministério da Indústria e do Comércio. A informação é do secretário-executivo do Conselho, Ruy Coutinho do Nascimento, que falou ontem no programa **Telemanhã**, da TV Brasília.

Ruy Coutinho mostrou que desde janeiro as vendas do comércio vêm caindo mês a mês. A única exceção desde o início deste

ano ocorreu em abril, com ligeiro crescimento sobre março. Entretanto, se comparando com abril de 1986, a queda para 1987 alcança 34 por cento. Em maio e junho, calcula o secretário-executivo, a queda deverá ser ainda maior.

A retração nas vendas é explicada por ele como uma consequência das perdas salariais causadas pela inflação, "que ocorrem apesar do gatilho salarial". Ele admitiu, porém, que os reajustes extremamente elevados praticados por muitas firmas está funcionando também como fator de retração.

Consumo de carne cai 50%

Bauru (SP) — O presidente da Associação dos Acougueiros de Bauru, Laurindo Moraes de Oliveira, disse ontem que a queda de 50 por cento no consumo de carne e a estabilização dos preços do produto num período de inflação elevada vão levar a médio prazo à falência do comércio varejista de carne.

Dentro de mais alguns

meses, os açougues vão começar a fechar, encerrando as atividades definitivamente, por absoluta falta de condições de trabalho. Tudo vem subindo de preços — salários, aluguel, energia elétrica, água e impostos mas o preço da carne está estabilizado há mais de 60 dias. Além do mais, essa queda no consumo de carne foi brutal, afirmou Oliveira.

SORAYA DE ALENCAR
Da Editoria de Economia

Um aumento de aproximadamente 40 por cento na carga tributária é o que resultará aos contribuintes brasileiros caso sejam aprovadas as alterações do sistema tributário que prevêem o fortalecimento da arrecadação dos estados em detrimento da arrecadação da União. O cálculo é do coordenador de Tributação da Receita Federal, Jimir Doniak, que destaca ainda o aspecto de que esse aumento não seria proporcional, ou seja, "como há pessoas que não têm capacidade contributiva, alguns vão ter que arcar com um aumento superior a 40 por cento".

Esse percentual, "que seria impossível de ser obtido em um ano só", seria em relação à carga tributária total (isto é, referente a arrecadação da União, dos estados e dos municípios) atual que corresponde a 25 por cento do PIB (produto Interno Bruto). Para suprir a perda de um terço de sua arrecadação que ocorrerá com a transferências de alguns impostos para a competência dos estados, a União terá então que elevar a carga tributária para que ela atinja 35 por cento do PIB, o que resulta nos 40 por cento para o contribuinte.

Na opinião de Doniak esse aumento seria obrigatório e sua necessidade não está "transparente" no anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário, de Orçamento e Finanças. A destinação dos recursos arrecadados, enfatiza, seria a construção de obras.

Para Jimir Doniak, é importante lembrar que mesmo havendo esse aumento abrupto, o contribuinte não terá, de imediato, uma fantástica melhoria de qualidade dos serviços públicos, a exemplo do que ocorre nos países onde a carga tributária é muito alta. Isso será obtido, segundo ele, de uma maneira paulatina.

TEMERIDADE

Ao criticar as definições parciais da Constituinte no que diz respeito ao sistema tributário, o coordenador considera uma verdadeira temeridade dar competên-

cia aos estados de criarem empréstimos compulsórios. Mesmo que preveja que estes só podem ser criados quando em casos de calamidade, Doniak vê como temeridade desde que eles elevem muito a carga tributária. Dar esse poder aos governadores, acreditam outros técnicos, é um risco muito grande, além de ser arbitrário.

Em relação aos municípios, Doniak acredita que a nova sistemática será extremamente benéfica para os pequenos e altamente maléfica e prejudicial aos grandes. A grande razão de sua advertência está na previsão da extinção do ISS (Imposto sobre Serviços) que passaria a ser competência do Estado como um anexo do imposto que vai substituir o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). O coorde-



José Hugo

Dória crítica compulsório

Rio — O presidente da Embratur, João Dória Jr., entregou documento ao ministro José Hugo Castelo Branco, da Indústria e Comércio, pedindo o fim da cobrança do compulsório para viagens aéreas internacionais.

O presidente da Embratur lembra que foi contrário à criação do compulsório de 25 por cento em junho do ano passado, quando o Governo pretendia frear a febre de consumo reinante e disse que continua avesso à idéia, que vem provocando retração nas vendas de passagens, prejudicando agências e companhias aéreas. Ele aponta ainda o maior prejuízo pelo compulsório: a pessoa que vai ao exterior em busca de tratamento médico.

nador explica que há inúmeros municípios pequenos que nem sequer recolhem o ISS e seriam muito beneficiados desde que passariam a ter direito a 25 por cento do "sucessor" do ICM, cujo percentual hoje destinado aos municípios é de 20 por cento. Em outras palavras isso resultaria num quadro onde vários municípios que não têm qualquer ou nenhuma arrecadação do ISS teriam um aumento substancial de arrecadação com o novo imposto.

A perda seria para os municípios grandes, para quem o ISS é muito relevante desde que de suas receitas seria subtraído o ISS, para ter os 25 por cento do ICM somente. Hoje, destaca o coordenador de Tributação da Receita, os municípios com grandes problemas financeiros são os grandes e isso ocorre em função da estagnação dos pequenos que têm população constante, maior parte das obras construídas — como a sede da prefeitura, da delegacia, a igreja, por exemplo — e não têm necessidades novas. E nesses lugares, lembra Jimir, que se tem altos salários de prefeitos enquanto um município como São Paulo se vê diariamente frente a muitas necessidades com o aumento constante de população.

Retirar o FPM (Fundo de Participação dos Municípios) dos municípios onde a renda per capita é superior a nacional não seria, na concepção do tributarista, uma grande perda frente ao que ocorrerá com a extinção do ISS. Na realidade, explica, o fato do valor do FPM a ser transferido ser inversamente proporcional a renda per capita faz com que hoje haja distorções enormes. Um exemplo disso é o fato de Fortaleza receber recursos cinco vezes superiores aos destinados a São Paulo, muito embora não tenha nem um quinto da população da capital paulista. Se não houve uma reação dos grandes municípios contra a extinção do ISS, Jimir Doniak acredita que é porque "eles ainda não se deram conta dos prejuízos que vão ter", caso as definições aprovadas sejam as que estão traçadas hoje.

ANC 88

Pasta 06 a 10

Junho/87

114